

Em meio a Farrapos e Imperiais: A árdua e tortuosa administração do espólio do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire por Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire

Israel Tavares Boff¹

Resumo

O presente artigo propõe a análise de documentação primária referente ao espólio do militar Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, e a condução administrativa destes bens por sua esposa, Rafaela Pinto Bandeira Freire. Este episódio, ocorrido logo no início da Revolução Farroupilha, apresenta referências inéditas relativas à história de personagens que ocupavam as terras onde mais tarde seria o município de Canoas, corroborando desta forma, para a construção da memória social da cidade.

Palavras-chaves: Memória de Canoas; Guerra Farroupilha; Família Pinto Bandeira Freire.

1. Introdução

A Guerra Farroupilha ocasionou perdas irreparáveis à sociedade porto-alegrense do século XIX. Mesmo estando balizada nos pressupostos de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa (*liberté, égalité, fraternité*), as motivações econômicas tiveram um papel de destaque relevante nesta guerra civil, além das reivindicações já conhecidas de autonomia política para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Segundo Berute (2008, p. 2), estas motivações econômicas estariam diretamente relacionadas com problemas econômicos enfrentados pelos estancieiros, devido a pesados impostos sobre insumos utilizados no fabrico do charque, bem como a concorrência dos saladeiros platinos.

Não é exagero afirmar que este conflito tenha atingido desde as cercanias de Porto Alegre, até alguns dos lugares mais afastados da capital da província. Antes, porém, do início efetivo do conflito farrapo, um quadro de animosidades entre os grandes criadores de gado da Província de São Pedro e o Governo Imperial do Brasil, desenhava-se no campo político e econômico. Destacavam-se como significantes personagens deste cenário econômico, os grandes estancieiros e pecuaristas gaúchos, representando seus interesses particulares e precursores da futura geração do latifúndio extensivo, e que ganharia ainda maiores proporções nos anos vindouros. Destarte, a filha de um dos mais importantes militares e

¹ Professor licenciado em História pela Universidade La Salle de Canoas – RS e pós-graduado em História e Cultura Afro brasileira pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci de Indaial – SC.

criadores de gado do Continente de São Pedro, Rafaela Pinto Bandeira, herdou a grande fortuna de seu pai, o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, consolidando assim, seu nome e status frente à sociedade oitocentista da capital porto-alegrense.

Faz-se importante ressaltar que a Guerra Farrroupilha é abordada no texto pelo fato de ter sido o momento histórico em que ocorreu o objeto de estudo, a saber, o início da divisão de terras de parte da Fazenda do Gravataí, resultando no primeiro recorte da atual cidade de Canoas.

2. Antecedentes

O Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, relevante militar do período Colonial no Brasil, destacou-se pelo fato de liderar inúmeras batalhas que defendiam os interesses da Coroa Portuguesa sobre suas possessões na Capitania do Rio Grande de São Pedro. Estabeleceu residência na vila do Porto dos Casais, adquirindo uma imponente chácara no ano de 1791, vindo esta, a somar-se em seu patrimônio pessoal. Anos mais tarde, em 1812, esta mesma chácara passaria à propriedade de sua filha Rafaela e seu genro Vicente Ferrer. Em janeiro de 1836, sofreria Rafaela neste mesmo lugar, uma série de problemas de ordem particular e dissabores envolvendo saques ao seu patrimônio, padecendo ainda, pelos respingos resultantes das reivindicações farrapas.

Em 1778, o Padre João Ferreira Rois, Presbítero Secular do hábito de São Pedro, formado em Canones, fez doação à preta forra de nome Thereza de Jesus de uma chácara que possuía nesta cidade, então denominada Porto dos Casais, e que houvera por compra legitimamente feita a Jose Fernandes Petim e sua mulher.

Em 1791, Thereza de Jesus, por escritura pública, fez venda ao Brigadeiro Raphael Pinto Bandeira dessa mesma chácara, com exceção de uma quebrada que vendera a Antônio Pereira do Couto.

Morto Raphael Pinto Bandeira, a sua viúva Dona Josepha Eulalia de Azevedo, casou-se com o Desembargador Luis Corrêa Teixeira de Bragança, tornando-se ambos possuidores de toda a grande chácara da preta Thereza de Jesus.

Em 12 de outubro de 1812, o Desembargador Bragança e sua mulher fizeram doação à sua filha e enteada Dona Raphaela Pinto Bandeira da chácara que possuíam [...], ficando a donatária obrigada a casar-se com o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire. (FREIRE, 1884).

O excerto acima faz referência à origem de parte do patrimônio do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, ainda no século XVIII, citado em um processo de 1884 e que diz respeito a uma reivindicação realizada pela família. Neste breve histórico processual encontrado no

documento, o advogado apresenta como de legítima a propriedade dos herdeiros da família Pinto Bandeira da área em questão.

3. Prólogo

Situado entre o Primeiro e o Segundo Reinado Imperial, o Período Regencial se estendeu de 1831, com a abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho Pedro II, até o ano de 1840, momento em que fora deflagrado o Golpe da Maioridade, elevando o jovem monarca a imperador e colocando-o nas rédeas do governo. Para garantir a soberania de comando sobre a nação, o jovem Dom Pedro II era amparado pelo Poder Moderador, que lhe concedia plenas garantias de comando. Durante o período em que o governo do Brasil não estava nas mãos de um membro da família imperial portuguesa, diversos políticos de destaque tomaram a frente, em diferentes momentos, encarregando-se de dar conta das questões administrativas e governamentais do jovem país. No entanto, o que se observava de norte a sul do Brasil, foi um quadro geral de descontentamento de inúmeras províncias do império, levando à eclosão de uma série de revoltas armadas, que passariam para a história como as Revoltas do Período Regencial. A Balaiada, a Sabinada, a Cabanagem, no norte do país, e a Guerra Farroupilha em seu extremo sul, foram exemplos do descontentamento emergente de algumas províncias que reivindicavam uma série de providências do governo imperial.

Antecedendo a este cenário de pretensas animosidades entre províncias e o império, o militar baiano Vicente Ferrer da Silva Freire é nomeado para o cargo de secretário do governo da Capitania de São Pedro, ainda em 20 de setembro de 1810, por Sua Alteza Real D. João VI. Em 1813, já na Vila de Porto Alegre, o Vicente Ferrer recebe o Auto de Justificação de Diligências de Sesmaria², para que pudesse desenvolver os trabalhos relativos à sua função. Com estreitos laços ao regime imperial, podemos encontrar nas correspondências pessoais de Ferrer, condolências a Dom Pedro I pelo falecimento de sua esposa, a Imperatriz Maria Leopoldina, em missiva de 13 de janeiro de 1827. Não obstante, percebemos sua determinada e definitiva posição frente ao episódio que resultaria, anos mais tarde, em sua morte e de seu filho primogênito Diogo.

Em virtude do contexto familiar da jovem Rafaela Pinto Bandeira, patriarcal e autoritário, somente o casamento arranjado com Vicente Ferrer, em 1812, por sua mãe e padrasto, o Doutor Juiz de Fora Luis Corrêa Teixeira de Bragança, lhe trouxe a devida

² Documento em que constam as tarefas de primeira urgência a serem executadas, baseadas em forte justificativa.

estabilidade social que era almejada pelas moças das classes abastadas desta época. A cerimônia de união, ocorrida às 17 horas do dia 12 de outubro no Oratório do próprio Doutor Bragança, foi certificada pelo Reverendo Vigário José Ignácio dos Santos Silva, servindo de testemunhas Agostinho de Sam Payo e Ignácio de Soza.

Em poucos anos, Dona Rafaela tornar-se-ia a matriarca de uma prole de sete filhos, sendo dois meninos, Diogo e Vicente, e cinco meninas, Maria Sofia, Maria Josefa, Maria Luiza, Maria Amália e Rafaela. Consumado o casamento contratado, Vicente Ferrer passa a dono das terras da Fazenda do Gravataí, juntamente com sua esposa Rafaela. O genealogista Antônio da Rocha Almeida escreve em um de seus trabalhos sobre a vida e o trágico fim de Vicente e Diogo, na tarde do dia 26 de janeiro de 1836. Poucos meses depois, em outubro do mesmo ano em que foram assassinados marido e filho primogênito, Dona Rafaela depara-se com novo luto, perdendo sua filha, também de nome Rafaela³, aos dezenove anos de idade. Desta forma, a matriarca perde, em menos de um ano, o marido e dois filhos.

Nos autos do livro de óbitos da Congregação Madre de Deus de Porto Alegre, constam os assentamentos de óbito do Coronel Vicente Ferrer e seu filho Diogo Pinto Bandeira da Silva Freire. Segundo mesmo registro, Vicente e Diogo foram assassinados na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, com cinquenta e cinco e vinte e três anos de idade incompletos, respectivamente. Tiveram suas exéquias praticadas pelo Pároco Encomendador Thomé Luiz de Souza e sepultados no Cemitério da Casa da Misericórdia de Porto Alegre.

José Joaquim dos Santos Ferreira, um dos genros de Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire, escreve e confirma em suas "Memórias", redigidas entre 1838 e 1873, sobre o luto e a difícil situação financeira desta família, ocasionada, sobretudo, pelos acontecimentos políticos e econômicos que a Guerra do Período Regencial ocasionava, como se observa no trecho transcrito por Boff (2017, p. 67):

Verifiquei a minha união à D. Maria Luiza da Silva Freire, filha legítima do Coronel Comendador Vicente Ferrer da Silva Freire (assassinado barbaramente com seu filho Diogo, a 26 de janeiro de 1836, efeitos da revolução que está assolando a Província!) e de D. Rafaela Pinto Bandeira Freire.

[...]

A minha união foi efeito de uma pura e sincera amizade, e jamais se poderá supor outro o motivo, toda a vez que haja a recordação desta atual época, tão assustadora pela revolução que tem vestido esta família de pesado luto (e

³ Rafaela da Silva Freire da Silveira, uma das filhas do casal Vicente e Rafaela, foi casada com o Dr. Dionizio de Oliveira da Silveira. Consta no registro de óbito como causa mortis, "moléstia interior", um termo genérico utilizado pelo registrador, o padre Thomé Luiz de Souza. Após o falecimento de Rafaela, o Dr. Dionizio contrai núpcias com sua irmã, Maria Sofia Freire, permanecendo na família Pinto Bandeira.

centos já de outras!) e ameaçada de uma ruína total em sua fortuna, já desfalcada em quase todos os bens moventes. E além disso, uma dívida que lhe pesa superior aos imóveis! Digo, pois, que só, e puramente a sincera amizade, me levou a este ato em semelhante época tão medonha.

Porto Alegre, 15 de maio de 1838.

José Joaquim dos Santos Ferreira
(grifo do autor)

4. Advogados, documentos e leis em tempos de guerra

A viúva Dona Rafaela enfrentou inúmeras dificuldades administrativas e econômicas, respectivas ao espólio de seu finado marido, o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, sendo fortemente impactada pelas consequências do conflito entre Farrapos e Imperiais. Dessas consequências, destacam-se a marcante instabilidade jurídico-política reinante durante início do conflito em toda a Província, a instabilidade econômica e social, um Estado dividido e convulsionado, além das advindas reivindicações farroupilhas e suas formas de efetivá-las.

Outro ponto significativo a ser observado diz respeito ao fato de toda a administração destes bens estarem ao encargo de uma mulher. Sendo a sociedade oitocentista encabeçada por homens, soma-se às decorrências da guerra, a condição de gênero de Rafaela Pinto Bandeira, em uma cultura fortemente marcada pelo autoritarismo masculino. Mesmo advinda da linhagem dos Pinto Bandeira e com significativa fortuna, sua condição de classe não foi suficiente para que o processo de inventário transcorresse dentro da lei e de forma adequada. Segue daí uma série de fatores que corroboraram para o infortúnio de Dona Rafaela. Deste modo, seu patrimônio não garantiu que houvesse a tranquilidade pretendida para os anos posteriores a 1836.

Frente às terríveis fatalidades de que fora acometida, Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire, então viúva do Coronel Vicente Ferrer, intenta o processo de inventário do falecido marido, ainda no ano de 1836, para que se pudesse proceder à partilha dos inúmeros bens do casal. No entanto, não obteve sucesso, devido ao estado de guerra e sítio em que se achava Porto Alegre. Dona Rafaela, em petição ao Juiz de Órfãos, solicita a venda de alguns bens semoventes⁴ inventariados. Afirma ela, nesta petição, seu estado de sítio na Chácara da Brigadeira, em Porto Alegre, tendo permanecido nesta situação por cerca de nove meses, e sustentando mais de cem pessoas, dentre elas, familiares e escravos. Estes últimos, oriundos de sua Fazenda do Gravataí, fugidos pelo temor aos “anarquistas”, como eram por ela denominados os Farrapos.

⁴ Eram denominados semoventes os bens patrimoniais animados, que se movem por si, como escravos, cavalos, mulas, bois, etc.

Ilustríssimo Senhor Juiz de Órfãos
Diz Dona Rafaella Pinto Bandeira, viúva do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, que disposta a proceder a Inventário, em observância da Lei, logo depois do assassinato de seu finado marido; contudo, não foi possível pelas bem notórias perturbações, e anarquia a que estava reduzida a cidade e na sedição; mas agora que voltou e se reestabeleceu o “Império das Leis”, e ordens de justiça: requer portanto a Vossa Senhoria, seja servido admiti-la a juramento, e se proceder no dito inventário para dar partilha aos filhos órfãos, pelo que:

Proceda-se nos termos do inventário na forma da Lei.

Para Vossa Senhoria, haja por bem mandar que autuada esta com o juramento da suplicante, o Escrivão respectivo prossiga nos termos do inventário.

Dezembro de 1836.

(FREIRE, 1836, p. 2).

Destarte, esta difícil situação teria levado Rafaela a tomar tal decisão, da venda dos cativos, uma vez que os altos preços praticados por comerciantes inescrupulosos feriam e desfalcavam fortemente seu patrimônio. Além do mais, a manutenção de escravaria improdutiva lhe causava fortes dores de cabeça, como podemos observar no excerto processual abaixo.

Ilustríssimo Senhor Juiz dos Órfãos
Dona Rafaella Pinto Bandeira Freire, viúva do falecido Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, e inventariante dos bens do seu casal, representa a Vossa Senhoria que tendo sustentado, e continuando a sustentar dentro desta cidade durante o sitio de perto de nove meses em que ela se acha, mais de cem pessoas de sua família inclusive muitos escravos que fugindo aos anarquistas lhe tem vindo da sua Estância de Gravataí, comprando para isso mantimentos caríssimos, e vestuário por mais alto preço segundo o estado do mercado nesta praça; não lhe chegam para tanto os rendimentos de suas propriedades, nem há serviços em que possa empregar os escravos ajornal para com este ao menos os sustentar. E porque entre os escravos e escravas que possuo, tem alguns que não só lhe são inúteis, como também prejudiciais, porque aumentam as suas despesas, e sem prejuízo do seu casal, e dos herdeiros interessados, podem ser vendidos para com o seu produto ocorrer às despesas da sustentação dos outros, da família, dos mesmos herdeiros, da suplicante e aos mais gastos de sua casa. Requer portanto a Vossa Senhoria se digne autorizá-la, para vender particularmente dos referidos escravos e escravas, todos aqueles que poder dispensar do serviço da sua casa, pois que por contratos particulares efetuados pela suplicante, se obterá maiores preços do que em ata pública, atento o estado do sitio em que se acha esta cidade, e a paralização geral de todas as transações; ouvindo Vossa Senhoria para esse efeito, se preciso for, as herdeiras maiores de doze anos pelos menores o seu Tutor, e o curador no inventário e o interessado seu genro Doutor Dionizio de Oliveira Silveiro. (FREIRE, 1836, p. 36).

A manutenção de um elevado plantel de escravos, sessenta e seis pessoas contabilizadas neste inventário (ver Apêndice), fazia-se impraticável nesta época de guerra. Conforme observado no excerto acima, os gêneros de primeira necessidade eram comercializados a preços exorbitantes devido à escassez e dificuldade de acesso que a guerra impunha. Ainda que a maioria dos cativos fossem mantidos em condições mínimas de subsistência, o básico entre alimentação, vestuário e hospedagem fazia-se necessário. Quinze mulheres eram destinadas exclusivamente aos serviços domésticos, e cinquenta e um homens, voltados para os mais diferentes trabalhos, que iam desde o ofício de barbeiro, até a lida campeira. A família Pinto Bandeira Freire mantinha praticamente toda a mão de obra necessária para o bom andamento doméstico e campeiro. Ainda assim, Dona Rafaela necessitava desfazer-se deste numeroso plantel, a fim de minimizar ao máximo os negativos efeitos financeiros de que estava sendo acometida. No tocante aos cativos do sexo masculino, a grande maioria desenvolvia seus trabalhos com madeira (serrador, falquejador⁵, tanoeiro⁶ e carpinteiro), levando-nos à conclusão de que muitos desses escravos poderiam ter sido empregados na Fazenda do Gravataí, nos diversos serviços relativos às suas habilidades. De fato, a viúva Rafaela Pinto Bandeira Freire realiza uma petição ao Juiz de Órfãos para que fosse autorizada a venda dos escravos inventariados, uma vez que sofria passivamente pelos acontecimentos que estavam ocorrendo em Porto Alegre, acontecimentos estes, ocasionados com o início da Revolução Farroupilha e o sítio, ocorrido na mesma cidade. O documento, em tom de queixa justificada, apresenta-nos importantes elementos da história de Canoas, nesta época denominada Fazenda do Gravatahy, afirmando a existência de escravos nestas terras, provavelmente, estabelecidos à margem do Rio dos Sinos, cenário na qual se localizava a casa do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire.

Dos escravos do sexo masculino, constam vários profissionais cujas habilidades eram empregadas em atividades fora da cidade. Destes escravos, os mais próximos de ofícios ligados ao campo eram o curtidor de couros Domingos e os campeiros José Mira, João Angola e Israel, sendo estes, fortes candidatos à hipótese de atuarem e/ou residirem na Fazenda do Gravataí. Além dos ofícios masculinos, as escravas “cabras”, como eram conhecidas pelo fato de proverem leite, eram importantes personagens dedicadas, entre outras coisas, à criação e amamentação dos filhos e filhas das famílias para a qual serviam. Eram amas de leite da prole

⁵ Chama-se a pessoa que desbasta a madeira bruta para esquadrihá-la.

⁶ O mesmo que toneleiro. Aquele que fabrica tonéis, pipas, barris etc.

Silva Freire, as cativas Barbara, Elena, Laurinda, Claudia, Laura, Filisbina e Joaquina, sendo estas, as que possuíam maior valor de mercado por possuírem dupla função.

Dentro deste quadro de conflitos e instabilidade social, política e econômica, Dona Rafaela decide realizar uma partilha extrajudicial destes bens, a fim de que seus genros pudessem auxiliar em suas manutenções e preservar, dessa forma, seu grande patrimônio. As informações encontradas fazem jus às palavras redigidas por José Joaquim dos Santos Ferreira, no momento em que se refere ao período como “época tão medonha”. Somente mais tarde, em novembro de 1869, devido ao descontentamento e à discordância dos herdeiros a respeito dos bens partilhados, Dona Rafaela cita judicialmente seus parentes, para que um acordo plausível de divisão fosse estabelecido na forma da lei.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Juiz Municipal

Porto Alegre, 6 de novembro de 1869.

Diz Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire, viúva do finado Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, que, tendo desde que começou sua viuvez em janeiro de 1836, administrado os bens de seu casal de acordo com os herdeiros, a quem tem dado partilha extrajudicial de muitos deles, ainda não se completar esta; e como a respeito de seu complemento não tem sido possível conseguir de pleno acordo dos herdeiros, requer a Vossa Senhoria que sirva de mandar citá-los sob pena de revelia; para, por si, ou por seus bastantes procuradores, virem à primeira audiência deste Juízo, nomear e aprovar peritos, que avaliem os bens, que se ão de partilhar (todos de raiz) ficando igualmente citados para todos os termos da partilha até final. Os herdeiros são todos maiores e residentes no segundo distrito desta cidade [...]. (FREIRE, 1869, p. 2).

De toda a sorte, Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire comandava com tenacidade as questões relativas ao seu patrimônio pessoal. Todo este empenho se refletia nos inúmeros processos judiciais movidos contra usurpadores de terras, abigeatários⁷ e saqueadores, estes últimos, decorrentes do período da Guerra Farroupilha. Em abril de 1837, move uma ação reivindicando justiça e restituição de bens oriundos da sua Estância de Gravataí, praticado por um grupo de pessoas que subtraíam seus rebanhos vacuns, cavalares e muares. De um total de aproximadamente oito mil cabeças de gado e mais de trezentos equinos, este número reduzir-se-ia drasticamente para pouco menos de mil rezes e alguns poucos cavalos. Tais escamoteadas tornaram-se costumeiras, baseadas no subentendido vulnerável estado de viuvez de Dona Rafaela Freire. Ao pé da página de petição do processo, na solicitação de deferimento, utiliza como contundente argumento os assassinatos do marido e do filho: “A

⁷ Que pratica o abigeato: espécie de crime de furto que envolve a subtração de animais, principalmente domesticados, como animais de carga e animais para abate, no campo e fazendas.

Vossa Senhoria se digne de deferir-lhe na forma requerida, tomando em consideração as circunstâncias agravantes do caso precedido das mortes que houveram [...]” (FREIRE, 1843, p. 2v).

A Fazenda do Gravataí passa a sofrer uma onda de violentos saques à mão armada, estes por sua vez, facilitados pela pretensa vulnerabilidade de Rafaela e a possível fragilidade de segurança de suas terras, corroborando ainda para as tais subtrações, o tempo de guerra que pairava sobre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Neste cenário de animosidades e instabilidade social e econômica, um importante vulto ligado às tropas republicanas e conhecido por sua participação no Combate da Ponte da Azenha de Porto Alegre, Manuel Vieira da Rocha, o Cabo Rocha, tem seu nome citado e ligado não somente ao assassinato do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire e Diogo Ferrer, mas também, ao abigeato praticado em terras da viúva Rafaela.

[...] que o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire fora assassinado na sua Estancia no dia vinte e seis de janeiro por digo de janeiro do corrente ano de mil oitocentos e trinta e seis por uma partida do Cabo Manoel da Rocha e por isso sabe que no mesmo dia encontrou ela testemunha ao pé do Moinhos de Vento com a mesma partida a qual se compunha o dito Rocha que a comandava e assim mais os indivíduos um fulano Castilhos cunhado do mesmo Rocha, Sezefredo filho do capitão Pacheco, Maximiano Antonio dos Santos, um [*ilegível*] filho de Manoel da Silva Ramos, a que estes conduziam dois cavalos encilhados com selas que ele testemunha conhecem que eram do andar do mesmo falecido coronel e seu filho Diogo que também foi por eles assassinado conjuntamente com seu pai. E por verdade ele testemunha que o dito Cabo Rocha e a sua partida roubaram da Estancia dos suplicantes grande porção de gado vacum e cavalos [...]. (FREIRE, 1843, p. 6).

Uma extensa lista de nomes é apresentada à justiça como sendo participantes do grupo de usurpadores que atacaram a Fazenda do Gravataí após janeiro de 1836. Em outro trecho do mesmo processo Sumário⁸, Feliciano Nunes, morador na Freguesia da Capela de Viamão é detido como receptor de produtos do abigeato, não questionando a sua origem, ainda que os mesmos produtos apresentassem a marca de procedência da Fazenda de Dona Rafaela: “[...] Feliciano Nunes morador na Freguesia da Capela de Viamão, o qual foi encontrado na casa do mesmo doze couros da marca da mesma Fazenda de Gravataí os quais foram retirados de seu poder e depositados judicialmente [...]” (FREIRE, 1843, p. 8).

⁸ Processo penal, realizado sem formalidades; processo simples, comum nas contravenções e nos crimes.

Anos mais tarde, em 1869, com o acordo de partilha dos bens restantes, as terras da antiga Fazenda do Gravataí passam a ser aquinhoadas entre os herdeiros em primeiro e segundo graus. Posteriormente, estas mesmas terra foram sendo cada vez mais fracionadas e cedidas em herança às diversas famílias, provenientes principalmente da estirpe dos Pinto Bandeira. Desta forma, o grande legado patrimonial advindo das Sesmarias⁹ de Francisco Pinto Bandeira, bem como do soldo militar e pelo abigeato praticado por Rafael Pinto Bandeira desde o século XVIII, transforma-se ao longo dos anos nas inúmeras cidades que compõem a região metropolitana de Porto Alegre.

5. À guisa de conclusão

Num efusivo período de conturbadas agitações sociais, agitações estas que fugiam do contexto de uma práxis costumeiramente pacata, não só a família Pinto Bandeira Freire se deparou com os percalços e dificuldades na administração e manutenção de seus bens. A Revolução Farroupilha acometeu desde o cativo que carpia a roça e lidava no campo, até os ricos pecuaristas, charqueadores e comerciantes. O próprio assassinato do Coronel Vicente Ferrer e de seu filho Diogo em terras da atual cidade de Canoas, demonstra o quão abrangente foi e quão próximo estava este conflito de nossos ancestrais diretos. O estudo de caso apresentado foi apenas um exemplo das inúmeras ocorrências perpetradas durante a Guerra dos Farrapos envolvendo questões de saques e abigeato a grandes proprietários.

A revisão documental exposta propende para a investigação de algumas mazelas às quais a família Pinto Bandeira Freire fora acometida ao longo de parte do século XIX. Dessa forma, procuramos contribuir significativamente para a investigação, construção e consolidação de uma memória local, servindo-se para isso, do resgate de fontes primárias que envolviam diretamente as relações interpessoais e sócio econômicas em torno das terras que possuíam. Dentro da perspectiva temporal, os documentos analisados perpassam o final do Período Colonial e início do Primeiro Império.

Analisando com acuidade os motivos e a forma de como a Fazenda do Gravataí passou a ser dividida após 1836, compreendemos não somente como se efetivou tal divisão, mas também, os porquês de tal fracionamento e a grande preocupação de Dona Rafaela Pinto Bandeira Freire em manter a hegemonia do imenso patrimônio adquirido por seu pai, o

⁹ Lote de terra inculta ou abandonada que os reis de Portugal cediam aos novos desbravadores e povoadores.

Brigadeiro Rafael. O assassinato do Coronel Vicente Ferrer, somado aos constantes saques às suas terras e o desmantelamento de seu gado e escravaria num constante *crescendo*, corroboraram para a rápida divisão entre os herdeiros e os primeiros movimentos de povoamento e demarcação das terras da futura cidade de Canoas, já em meados da década de 1840.

Da mesma forma que observamos as primeiras transações imobiliárias envolvendo as terras da Fazenda do Gravataí, podemos observar o contingente de escravos que neste lugar viviam, sendo negros alforriados donos de pequenas propriedades, ou cativos propriamente ditos, trabalhando nos diversos ofícios diários a que estavam obrigados. A proposição de que estas pessoas em regime de escravidão viviam de forma permanente nas dependências da propriedade da família Pinto Bandeira Freire, corrobora para a tese do surgimento de um núcleo populacional já neste período, diretamente posterior à Guerra dos Farrapos, e aliado a políticas públicas que proporcionavam arranchamentos e ajuda de custo durante quatro anos às pessoas que se instalassem ao longo das estradas públicas. A construção da primeira estrada de ferro da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, quase trinta anos depois do fim do conflito farrapo, tonificou e consolidou a existência dos povoados que neste interstício, Porto Alegre – São Leopoldo, estavam estabelecidos, proporcionando anos mais tarde, o efusivo desenvolvimento das vilas e suas respectivas emancipações.

Destarte, baseando-se na difícil tarefa de administrar o espólio que a Rafaela Pinto Bandeira Feire coube de herança neste turbulento período de guerra, as linhas aqui descritas procuram contribuir para a elucidação deste caso específico da memória gaúcha, trazendo à luz significativas informações sobre suas origens e registros das primeiras ações que permearam os anos seguintes da história de Canoas.

Referências

BOFF, Israel Tavares. **Memórias de José Joaquim dos Santos Ferreira (1838-1873)**. Canoas: ULBRA, 2017.

FREIRE, Raphaela Pinto Bandeira. **Processo de Inventário do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire**. Processo nº 1231 de 1836, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

FREIRE, Raphaela Pinto Bandeira. **Processo de Inventário do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire**. Processo nº 359 de 1869, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

FREIRE, Raphaela Pinto Bandeira. **Processo Sumário**. Processo nº 665 de 1843, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

FREIRE, Vicente Ferrer da Silva. **Processo Judicial Ordinário**. Processo nº 1159 de 1884, Porto Alegre. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Obras Consultadas

ANDERSON, Perry **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Trad. João Roberto Martins Filho.

ARCE, Ana Ines. **"Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades"**: uma história arquivística da Coleção Varela. 2011. Monografia (Graduação em Arquivologia). Departamento de Ciências da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Guerra Civil no Brasil Meridional (1835/1845)**: anais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. (Coleção Varela, v. 17).

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Os segredos do Jarau**: documentos sobre a Revolução Farroupilha. Anais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. (Coleção Varela, v. 18).

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Os soldados libertos são os mais valentes**: documentos da Coleção Varela sobre a Revolução Farroupilha. Anais. São Leopoldo: Oikos, 2014. (Coleção Varela, v. 20).

BERUTE, Gabriel Santos. **Negócios em tempos de guerra**: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos. Anais do IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1963.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

LAYTANO, DANTE DE. **Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SILVA, João Palma da. **As Origens de Canoas Conquista – Povoamento – Evolução**. 4. ed. Editora La Salle, 1989.

APÊNDICE – LISTA DA ESCRAVARIA DA FAMÍLIA SILVA FREIRE

Relação dos escravos e escravas, destinados aos mais diversos tipos de trabalho, de propriedade do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, constantes em seu inventário de bens de 1836:

#	Nome do escravo	Idade	Profissão	Valor
01	Eva – preta	39 anos	Costureira	500\$000
02	Barbara – cabra ⁱ	35 anos	Engomadora	450\$000
03	Catharina – preta	41 anos	Lavadeira	450\$000
04	Elena – cabra	20 anos	Costureira	600\$000
05	Laurinda – dita	17 anos	dita	600\$000
06	Claudia – dita	16 anos	dita – doente	500\$000
07	Láura – dita	15 anos	dita – doente	550\$000
08	Francisca – preta	36 anos	Tecedeira	450\$000
09	Filisbina – cabra	24 anos	Engomadora	600\$000
10	Carolina – preta	16 anos	dita	550\$000
11	Joaquina – cabra	7 anos	aleijada do braço esquerdo	150\$000
12	Gertrudes – preta	9 anos	--	250\$000
13	Esmeria – dita	16 anos	Costureira	550\$000

14	Rita – mulata	5 anos	--	200\$000
15	Maria – preta	40 anos	doente	250\$000
16	Boa Ventura – mulato	35 anos	Sapateiro	600\$000
17	Gaspar – preto	28 anos	Cozinheiro	450\$000
18	João – moço	26 anos	Pedreiro	600\$000
19	José – preto	37 anos	dito	550\$000
20	Matheus – dito	33 anos	dito	600\$000
21	Jorge – dito	33 anos	Carpinteiro	650\$000
22	Felisberto – dito	25 anos	dito	650\$000
23	Adão – dito	42 anos	--	400\$000
24	Manoel – dito	20 anos	Carpinteiro	650\$000
25	Euzebio – dito	40 anos	dito	600\$000
26	Francisco – dito	45 anos	dito	500\$000
27	Domingos – dito	30 anos	Curtidor	550\$000
28	Esmael – dito	25 anos	Aprendiz	500\$000
29	Victorinno – dito	24 anos	dito	500\$000
30	Manoel da Serra – preto	47 anos	Oleiro	350\$000
31	Luiz – preto	26 anos	dito	450\$000
32	Joaquim Ribaldo – preto	24 anos	Oleiro	450\$000
33	Pedro – dito	--	Falquejador ⁱⁱ	450\$000
34	Francisco – dito	--	dito	450\$000
35	Moizes – dito	--	dito	400\$000
36	Manoel Moçambique – dito	--	Serrador	450\$000
37	Pedro – dito	--	dito	450\$000
38	José Mira – dito	--	Campeiro velho	500\$000
39	Domingos – dito	--	Tanoeiro ⁱⁱⁱ	550\$000
40	Joaquim [sobre si] – dito	--	--	450\$000
41	Simão – dito	--	--	400\$000
42	Miguel – dito	--	--	400\$000
43	Lino – dito	--	--	400\$000
44	Caetano – dito	--	--	400\$000
45	Manoel Furmiga – dito	--	--	400\$000
46	Antonio Nazario – dito	--	velho	200\$000
47	Jozé Nazario – dito	--	--	450\$000
48	Pedro Nazario – dito	--	velho	250\$000
49	David – dito	--	--	400\$000
50	Sebastião – dito	--	--	450\$000

51	João – dito	--	sofre de ataques epiléticos	200\$000
52	Jozé Amaro – dito	--	--	300\$000
53	João Angola – dito	--	Campeiro	450\$000
54	Manoel Cabindo – dito	--	--	350\$000
55	Jozé Coimbra – dito	--	velho	300\$000
56	Joaquim Cabundá – dito	--	--	450\$000
57	Jozé Mingáu – dito	--	--	350\$000
58	Alexandre – dito	7 anos		250\$000
59	Valleriano – dito	4 anos	--	150\$000
60	Evaristo – dito	2 anos	--	80\$000
61	Pio – dito	5 anos	--	130\$000
62	Israel – dito	--	Campeiro por estimativa	500\$000
63	Daniel – dito	--	dito dito	500\$000
64	Bazilio Mulato – [velho]	--	Falquejador [dito]	400\$000
65	Feliz – dito	20 anos	dito	500\$000
66	Thomas – preto	--	Barbeiro	500\$000

ⁱ Como eram chamadas as negras e/ou mulheres "de cor" destinadas ao serviço de amas de leite. Com abundante produção de leite materno.

ⁱⁱ Chama-se a pessoa que desbasta a madeira bruta para esquadrihá-la.

ⁱⁱⁱ O mesmo que toneleiro. Aquele que fabrica tonéis, pipas, barris etc.